

33° Encontro Anual da Anpocs

GT 07: Corpo, biotecnologia e subjetividade.

Natureza, cultura e intervenções cirúrgicas para a eliminação da ambigüidade genital.

Autora: Camila Rocha Firmino

# **Natureza, cultura e intervenções cirúrgicas para a eliminação da ambigüidade genital.**

## Resumo

O trabalho propõe realizar, por meio de análise das acepções médico-científicas dos termos homem e mulher e de seu trato aos intersexuais, algumas conexões entre o que denominei práticas científicas de generificação dos corpos e a maneira euro-americana de significar o mundo. Delimitado o recorte e dada a centralidade do conceito de natureza para o desenvolvimento das acepções de gênero, o texto buscará explorar a luz da teoria antropológica a maneira pela qual a dicotomia masculino-feminino está imbricada na dicotomia natureza-cultura, presente no cerne do pensamento euro-americano (Strathern, 2006).

## **1. Introdução**

Se no campo das ciências humanas e sociais a diferença sexual já é percebida como uma produção de gênero, no campo das ciências médico-biológicas a diferença sexual é pré-discursiva, ou seja, é pressuposta.

É importante salientar a centralidade dos discursos científicos nas elaborações sociais/culturais de nossa sociedade. A ciência não só realiza a mediação entre o mundo natural e o social, através de sua classificação de tudo o que é conhecido, como também cria e delimita o que é o mundo natural. A ciência ao delimitar seu objeto também cria um domínio: o da natureza. Decorre que a diferença sexual, tal qual se apresenta (em termos fisiológicos), também deve ser entendida a partir deste viés, ou seja, como pertencente ao campo discursivo que cunha a natureza. A ciência atua materializando as acepções de gênero, delimitando a diferença de gênero no corpo sexuado/generificado.

A diferença sexual tal qual a conhecemos nos dias atuais se consolidou com o advento da ciência. Até então, as diferenças entre homens e mulheres eram concebidas como

diferenças essenciais. Para exemplificar a maneira como essa diferença era argüida no pensamento social vale citar Rousseau:

Na união dos sexos cada qual concorre igualmente para o objetivo comum, mas não da mesma maneira. Dessa diversidade nasce a primeira diferença assinalável entre as relações morais de um e de outro. Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco: é necessário que um queira e possa, basta que o outro resista um pouco.

Estabelecido este princípio, segue-se que a mulher é feita especialmente para agradar ao homem. Se o homem deve agradar-lhe por sua vez, é necessidade menos direta: seu mérito esta na sua força; agrada, já, pela simples razão de ser forte. (ROUSSEAU, 1995:424)

Segundo Rosaldo a afirmação da diferença sexual é parte da ideologia vitoriana que se estende também ao pensamento social. Os autores da virada do século XIX para o XX tomavam as instâncias pública e privada como uma consequência lógica do exercício das aptidões essencialmente natas de homens e de mulheres. Essa divisão era corroborada pelos fundadores do pensamento social:

O exemplo mais óbvio: Spencer, comumente citado como duplo fundador do pensamento social "funcionalista" e "evolucionista", menosprezou as demandas feministas de direitos e liberdades políticas argumentando que o lugar "natural" das mulheres dentro de casa é um complemento necessário para o mundo mais competitivo dos homens. E enquanto alguns de seus contemporâneos temiam que a entrada das mulheres na vida pública abalaria a sociedade nas suas reservas de altruísmo e amor, Spencer afirmava que os corações mais macios das mulheres iriam destruir todos os interesses egoístas no mundo público, e assim inibiriam a realização (através da competição) de novas formas de excelência e força social.(ROSALDO, 2007)

Na medida em que as mulheres passam a reivindicar e a ocupar os espaços públicos aquilo que as caracterizavam como mulheres não poderia mais ser considerado na forma de essência. Em outras palavras, uma essência feminina cuja expressão seria dada pelas aspirações ao universo privado não poderia mais ser um pressuposto da condição feminina.

No sentido contrário ao do movimento feminista, que clama por igualdade<sup>1</sup>, a ciência investe na comprovação da diferença sexual. Não há uma relação direta entre ambos, entretanto, no que tange à questão da diferença sexual enquanto a ciência a afirma o movimento feminista a questiona. A primeira onda do movimento feminista, que reivindica

---

<sup>1</sup> Sobre o paradoxo igualdade e diferença ver Joan Scott (1988) e Avtar Brah (2006).

igualdade jurídica, data do final do século XIX (nos EUA desde meados deste século) e início do XX, coincidentemente ou não é a partir deste período que irão se desenvolver e difundir as teorias científicas sobre a diferença sexual. A diferença de gênero uma vez percebida como uma produção social pode ser problematizada, entretanto, se essa diferença é “natural”, ou consequência de fisiologias diferenciadas, torna-se inquestionável. Desse modo, a ênfase na diferença fisiológica dos sexos, é ao mesmo tempo efeito do discurso da diferença sexual e precedente para novas elaborações da diferença sexual. A diferença sexual de imanente, tal como suposta por Rousseau, passa a ter comprovação científica no alvorecer do século XX.

No tópico que segue irei explorar como a diferença de gênero significada em termos essencialistas e morais nos séculos XVIII e XIX passa a ser significada cientificamente a partir do século XX.

A partir da análise de Pateman (1993) sobre o contrato social, percebe-se o quanto a noção de indivíduo e igualdade na qual se funda a sociedade euro-americana é atinente das acepções de gênero. A cientista política realiza uma análise das apreensões clássicas sobre o contrato social a fim de esclarecer como se engendra a dicotomia público- privado na vida social. Sendo os termos desta suposta e naturalizada dicotomia interdependentes a esfera privada não pode ser compreendida fora de sua relação com a esfera pública (da liberdade civil). Desta relação público e privado decorrerá a diferença de estatuto entre a mulher e o homem. Nesse sentido o contrato social também não pode ser compreendido sem seu correspondente negligenciado pela “história oficial”: o contrato sexual ou de casamento. Para os contratualistas (com exceção de Hobbes) existiria uma diferença de racionalidades entre o homem e a mulher. Em outras palavras, existiria uma ausência de racionalidade na mulher que seria própria de sua natureza, o que a impediria de ser o sujeito do contrato. Desse modo, as mulheres não poderiam optar pela seguridade do estado civil, pois não seriam aptas a estabelecer contratos. No entanto, as mulheres não poderiam ficar fora do contrato social, pois isto invalidaria sua premissa de igualdade e universalismo do indivíduo. A mulher deveria estar nesta posição paradoxal, de modo que o casamento se configurasse no elo, necessário às mulheres, entre o estado de natureza e o de sociedade. A diferença natural/sexual seria, para os contratualistas clássicos, a causa da sujeição feminina, e o motivo pelo qual seus direitos devem encontrar-se subsumidos nos direitos de seus pais, irmãos ou maridos. Para Pateman,

portanto, a diferença sexual seria uma diferença política, diferença entre liberdade e sujeição. O contrato sexual ou casamento seria a forma pela qual os homens asseguraram seus direitos sobre as mulheres na segurança do Estado.

A análise de Pateman contribui para pensarmos na concepção euro-americana de pessoa, constituída pela figura do indivíduo. O indivíduo é produzido pelo contrato social/sexual e se funda, portanto, na produção da diferença sexual. Desse modo o pensamento euro-americano seria centrado na produção da diferença sexual.

## **2. Natureza, Cultura e Produção da Diferença Sexual**

A análise proposta neste texto concerne ao processo de “generificação” dos corpos cujo desenvolvimento passa a ser gerenciado pela ciência. Tentarei demonstrar como ao longo de um determinado período (séculos XIX e XX) as definições acerca do que são homens e mulheres foram se tornando objeto exclusivo da ciência e como o caso das intervenções cirúrgicas para eliminação da ambigüidade genital logo após o nascimento, além de ser emblemático deste monopólio, desvela, por um lado, as elaborações do natural- biológico, e por outro, do dualismo masculino-feminino. O texto buscará explorar a luz da teoria antropológica a maneira pela qual a dicotomia masculino-feminino está imbricada na dicotomia natureza- cultura, presente no cerne do pensamento euro-americano (Strathern, 2006).

Entretanto, menos que na crítica ao monopólio da ciência sobre os saberes do corpo o mote deste tópico se assenta nos pressupostos epistemológicos de ciência e sociedade. Não apenas no sentido de que o conhecimento gerado pela ciência é ele mesmo influenciado pelo meio social, mas acompanhando o argumento de Latour (1994, 2005) de que não existe o social em si bem como não existe a ciência enquanto conhecimento objetivo da natureza. O fato é que sociologia e ciência só são possíveis a partir de uma definição epistemológica que designa, por um lado, a natureza com suas leis a serem desveladas pelo ser humano e, por outro, a cultura com seus discursos e divisões de poderes.

A divisão natureza-cultura é a própria condição da ciência, da tecnologia e das ciências sociais. E é também a premissa que vem dificultando a antropologia de investigar a própria

sociedade em sua totalidade, uma vez que o domínio da ciência, domínio este que norteia grande parte de nossas vidas, não faria parte daquilo que nos “outros” denominamos cultura (Latour, 1994). Ou seja, nos “outros” identificamos relações entre dinâmicas sociais, parentesco, cosmologia e poder através do que genericamente consideramos cultura; entretanto o mesmo modelo de análise não vem sendo observado na nossa própria sociedade, pois organizamos o mundo tomando a natureza como um dado prescindível de elaborações culturais. Desse modo, a ciência, “verdadeira” por excelência, deixa de ser considerada como integrante da dinâmica social.

Entretanto, o social também não é um contexto onde se inserem os outros domínios da realidade - como, por exemplo, a ciência. Não existe ordem social, nem domínio do social, nem seus membros estão embebidos no social, mas eles têm plena consciência dos processos que os envolvem, embora não articulando da maneira esperada pelo cientista social. Desse modo, o social não é a cola que une coisas heterogêneas, mas é aquilo que é unido por diversos conectores. O social é um movimento peculiar de re-associação e re-agrupação (Latour, 2005).

O conceito de rede é proposto a fim de expor a trama que sustenta os conhecimentos produzidos e exercidos nos diversos âmbitos de nossa sociedade, como por exemplo, política, biologia, medicina, engenharia etc. “Mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade, a rede é o fio de Ariadne dessas histórias confusas”(Latour, 1994).

Tomarei a produção científica sobre a biologia dos sexos e o caso dos intersexuais não como um conhecimento objetivo da natureza nem tampouco como um arranjo social que se reflete na produção de conhecimento, mas como prática desse social que é tudo, inclusive a ciência.

Generificando os Corpos

A sociedade euro-americana apresenta uma verdadeira obsessão em manter um sistema de gênero dual, constituído por homens e mulheres. Este dualismo sexual prescritivo é a própria condição da sociedade euro-americana, cujos alicerces foram constituídos pela família nuclear, monogâmica e heterossexual. A exemplo disto, coloca Strathern (1995) sobre um episódio na Inglaterra, que a autora denominou síndrome do nascimento virgem, em que médicos se recusaram a realizar a fertilização *in vitro* em mulheres virgens. Estas mulheres recorreram ao judiciário para obterem o direito de conceber um filho apesar de não desejarem se relacionar sexualmente (ou pelo menos não com homens), e tiveram seus pedidos indeferidos. Para Strathern (1995) nas concepções euro-americanas de gênero a mulher só pode ser pensada em oposição e em função do homem, não é o filho, mas o pai quem faz a mãe.

Para Fausto-Sterling (2000), bióloga e historiadora da ciência, a cultura euro-americana é profundamente devota da idéia de que existem apenas dois sexos. Mesmo a língua recusa outras possibilidades de modo que a tarefa de falar ou escrever sobre intersexuais exige que se criem novas convenções. A autora utiliza “s /he e h/er” para denotar indivíduos que são claramente nem/ambos homem/mulher. Note que até mesmo o exercício de se pensar em intersexuais se dá a partir do referencial dicotômico masculino-feminino.

Os dados sobre intersexualidade e biologia dos sexos presente neste texto foram tomados do livro *Sexing the Body* de Anne Fausto-Sterling (2000). Para Fausto-Sterling o macho e a fêmea ideais estariam nos extremos opostos de um gradiente classificatório das características fisiológicas eleitas para designarem os sexos, onde também estariam uma variedade de corpos com estas características pouco ou ambigualmente desenvolvidas.

Entretanto, crianças que nascem com um clitóris maior que o esperado, mas que apresentam ovários saudáveis, recebem a indicação para cirurgia (de diminuição do clitóris) logo ao momento do nascimento. Essa cirurgia, no entanto, acarreta diversas seqüelas, entre elas, a perda de sensibilidade clitoriana. Contudo, não existem estudos acerca da média do tamanho dos clitóris ao nascimento, o que significa que a indicação cirúrgica é baseada nas opiniões do senso comum.

Atualmente modernas técnicas cirúrgicas ajudam a manter o sistema de dois sexos. Crianças que nascem com ambos ou nenhum dos sexos- um fenômeno relativamente comum<sup>2</sup>- usualmente são “corrigidas” ao nascer de acordo com a indicação médica. No passado, entretanto, intersexuais (ou hermafroditas, como eram chamados até recentemente) eram bastante conhecidos. Platão, por exemplo, acreditava haver três sexos: homens, mulheres e hermafroditas. A origem da palavra hermafrodita é grega, remetendo aos deuses Hermes e Afrodite.

No século XX na medida em que o movimento feminista retira a desigualdade entre os sexos do domínio da natureza para transferi-la para o domínio da cultura, tanto mais a ciência passa a insistir na diferença entre homens e mulheres.

### Dos Hormônios

Por definição hormônios são substâncias que viajam pela corrente sanguínea para interagir com um órgão diferente daquele de sua origem, comandam o crescimento, fisiologia e morte celular, afetam todos ou quase todos órgãos do corpo. No entanto, cientistas atribuíram, na virada do século XIX ao XX, a alguns hormônios a responsabilidade pelas diferenças entre homens, mulheres e homossexuais e embora estes hormônios interfiram em todo funcionamento do corpo são ainda denominados hormônios sexuais masculinos ou femininos.

Charles Stockard e George Papanicolaou extraíram o líquido que transporta o óvulo e o aplicaram em roedores. Perceberam efeitos fisiológicos em decorrência dessa aplicação. Descobriram a substância do líquido folicular, mas não conseguiram isolá-la, purificá-la. Fora dado início à corrida dos hormônios, desde então, pesquisadores se empenharam em conseguir purificá-la e chamaram-na hormônio sexual feminino, o mesmo ocorreu com a substância extraída da glândula masculina purificada e denominada hormônio sexual masculino.

Os estudos que firmaram a existência dos hormônios sexuais tinham como mote a ação hormonal em funções sexuais, estas associadas a juventude e virilidade. No entanto, não havia

<sup>2</sup> Estima-se que o número de nascimentos seja de 1.7 % do total de nascimentos ao ano. Em uma cidade com 300.000 habitantes, 5.100 habitantes teriam graus variáveis de intersexualidade. O número de albinos é menor, figurando 1 em cada 20.000 nascimentos (Fausto-Sterling, 2000).



consenso sobre esses hormônios serem sexuais. Outras pesquisas demonstraram a ação desses hormônios em outros órgãos que não os sexuais, através dos efeitos colaterais da administração dos mesmos. Ademais, a partir de 1923, estudos apontaram para a presença de hormônios femininos em homens e vice-versa, causando espanto na comunidade médica.

Em 1947 Alfred Jost publica artigos sobre o desenvolvimento anatômico de machos e fêmeas coelhos e ratos. Seus experimentos consistiam em injetar hormônios femininos em fetos animais, os machos não desenvolviam pênis e as fêmeas desenvolviam características masculinas. Conclui que as características femininas são desenvolvidas por ausência de estímulo hormonal enquanto que as masculinas por estímulo hormonal. Anos depois a teoria genética ainda seguia o modelo de Jost aplicado aos papéis dos cromossomos X e Y, sendo o Y o constitutivo do sexo induzido. O óvulo também era tido como elemento estático, passivo enquanto que o espermatozóide era aquele mais forte que conseguiu penetrar o óvulo. Constatando-se depois que o óvulo interage apenas com determinado espermatozóide para a fecundação.

Esse mesmo modelo também foi transposto para o estudo do comportamento generificado, teorizando-se que a testosterona agia no cérebro masculino deixando apto a demarcação territorial, e as investidas sexuais, o comportamento feminino, por sua vez, seria determinado pela ausência dessa atuação.

Fausto-Sterling sustenta a hipótese de que as interações hormonais são resultantes de estímulos do meio. “Ao nascer o cérebro humano é quase incompleto. Muitas das conexões entre as células nervosas e outras partes do corpo são temporárias, requerendo estímulos externos para se tornarem permanentes. Em algumas regiões do cérebro, conexões neurais em desuso se desintegram durante os primeiros vinte anos de vida. Logo, a experiência fisiológica e cognitiva promove a estrutura cerebral.” (FAUSTO-STERLING, 2000: 240)

Exemplifica, também, com o comportamento modificado de ratos após a exposição aos seus filhotes. Eles, então, começam a desenvolver cuidados com os filhotes, algo até então atribuído, por outros estudos em hormônios, à ação do hormônio sexual feminino, responsável pelos instintos maternos.

Desse resumo da história dos hormônios o que deve ser destacado é a busca incessante pelo *locus* da diferença sexual a partir do momento em que as transformações sociais, em

grande medida resultantes dos questionamentos feministas, ameaçam a concepção de uma especificidade/ essência feminina. Apesar das diferenças anatômicas se o estatuto moral da mulher se equiparasse ao do homem, isso colocaria em risco a base da sociedade euro-americana constituída pela família nuclear, ou seja, a mulher responsável pelo âmbito doméstico (mesmo quando também provedora) e o homem pelo âmbito público (sobretudo do trabalho).

### Do Cérebro

Outro órgão eleito pelos cientistas para localizarem a diferença sexual ou de gênero é o corpus colossum ( grupo de fibras nervosas que conectam o lado esquerdo ao direito do cérebro). Segundo Fausto-Sterling o corpus colossum já foi utilizado no início do séc XVIII para justificar as diferenças raciais. Entretanto é uma estrutura complexa difícil de se separar do restante do cérebro, são fibras nervosas que se interconectam com o restante do cérebro. Ademais, a maioria dos estudos se assentam sobre o tamanho e forma do corpus colossum, que são extremamente variáveis. A autora critica os próprios métodos de estudo pós-morte do cérebro e das técnicas de dissecação bidimensionais que só permitem a análise comparativa entre dois hemisférios, enquanto que o cérebro é tridimensional.

As questões envolvidas nas pesquisas e debates sobre o corpus colossum são: para quais profissões são os cérebros masculino e feminino mais propensos, se é natural meninos apresentarem problemas para ler, se são os gays mais propensos a profissões como cabelereiros e floristas por conta de seu corpus colossum afeminado, etc. As revistas se encarregam de disseminar os resultados de maneira acessível para o público em geral como, por exemplo, atribuir a intuição feminina a seu corpus colossum mais desenvolvido e reificar a impossibilidade de mulheres se destacarem nas áreas de exatas. No entanto, os estudos em que não se constatou em fetos diferenças entre sexos, levando a conclusão de que se de fato essas diferenças existem são adquiridas ao longo da vida, não apresentam repercussão na mídia.

Nas pesquisas sobre hormônios nota-se a centralidade das funções sexuais na elaboração do corpo masculino e da reprodução/ maternidade na elaboração do corpo

feminino. Já as pesquisas sobre constituição cerebral reificam o essencialismo masculino-feminino atribuindo habilidades natas a cada um dos sexos.

### A Questão dos Intersexuais

Depois de constatada a intersexualidade no pré-natal é necessário decidir a intervenção, se houverem ovários saudáveis será menina se houver pênis de tamanho satisfatório será menino. De fato os médicos não estão certos sobre o que conta para um pênis ideal, por exemplo, a definição de que deve abertura da uretra se localizar no topo da glândula não corresponde ao corpo de cinquenta por cento dos homens. Quando existe a intersexualidade hipospádia, abertura do canal da uretra em outro local que não no topo da glândula, em que a criança é sinalizada como menino – por ter pênis e não apresentar órgãos reprodutores femininos integrais – são realizadas diversas cirurgias corretivas, que em geral causam dificuldade de ereção. Não há estudos conclusivos sobre esses procedimentos.

Em geral devido ao fato da dificuldade em se construir um pênis, os médicos optam por sinalizar as crianças como meninas, retirando o clitóris considerado maior ou o pênis considerado menor do que o aceitável, no entanto não existem estudos sobre a média do tamanho dos clitóris no nascimento e ao longo da vida como existe com relação à medida dos pênis. Logo os médicos baseiam-se em opiniões pessoais sobre o que seria o ideal para a vida sexual feminina.

Embora os médicos mais influentes aleguem que a identidade de gênero na infância é maleável, também orientam para que não se diga aos pais sobre os detalhes da situação a fim de que os mesmos não saibam da ambigüidade genital e sexual da criança. Instruem aos médicos explicar aos pais que a escolha do sexo não é arbitrária, mas baseada na natureza sexual, colocam, ainda, que aos pais deve ser informado a existência de uma má formação do outro órgão ou glândula a ser retirado. Esses médicos acreditam que o tratamento dos pais determinará a conduta ou identidade de gênero da criança por isso não se pode deixar a informação de uma ambigüidade.

As cirurgias de reparo são muitas para obter-se resultado e na maioria das vezes prejudica as funções sexuais, causam cicatrizes e traumas. Atualmente existem grupos de intersexuais, operados ou não, que militam contra este tipo de cirurgia na infância.

Novamente, as noções que permeiam o critério adotado para intervenção na intersexualidade são a da reprodução/maternidade no caso das mulheres e da performance sexual/ tamanho do pênis no caso dos homens.

#### Natureza- cultura e masculino- feminino

As imagens de gênero mobilizadas pelos médicos para a indicação cirúrgica elucidam as condições pelas quais essas elaborações são possíveis. O critério de saúde reprodutiva do útero e ovários para sinalizar uma criança intersexual como menina se relaciona com a concepção natureza-cultura da sociedade euro-americana. Isso porque de acordo com essa concepção a mulher é naturalmente responsável por fazer bebês (Strathern, 2006). O argumento de Strathern se torna mais plausível quando a autora compara a concepção euro-americana à concepção melanésia de procriação. Na sociedade melanésia as mulheres não fazem bebês, estes já são socializados anteriormente ao nascimento. Para os melanésios as crianças são concretizações de relações anteriores ao seu nascimento, enquanto que para nós a natureza se faz ativa por meio da geração de uma criança a ser socializada. Segue que se as mulheres são as que naturalmente fazem os bebês, então, contém em si valor. E é por esse valor imputado às mulheres que a antropologia tem explicado o parentesco (e até as sociedades) em termo de troca de mulheres. Não se pode falar em troca de mulheres na Melanésia, já que estas não produzem bebês e conseqüentemente não apresentam valor em si.

Considerar essas sociedades como a serviço da biologia, tal como a concebemos, reforça, por conseguinte, a realidade de nossos próprios construtos. Isso conduz a apenas uma conclusão, que é também sua premissa: o que diferencia homens e mulheres é sua fisiologia, e os arranjos matrimoniais em todo o mundo têm o propósito de administrar a fertilidade feminina. E porque imaginamos que a fertilidade feminina se apresenta como algo que precisa ser controlado? Por causa de alguma coisa mais que imaginamos, que as mulheres fazem bebês. (STRATHERN, 2006: 453)

Na medida em que as mulheres são percebidas como o meio pelo qual a natureza age decorre que a noção masculino-feminino está imbricada na noção de natureza-cultura. Embora não desta perspectiva a teoria feminista também enfatizou, através da crítica ao patriarcado<sup>3</sup>, o quanto na sociedade euro-americana a mulher teve sua existência condicionada e foi pensada exclusivamente em termos de utilidade reprodutiva. O estatuto da mulher enquanto reprodutora estaria presente no pensamento social, sobretudo na concepção de sociedade civil (ou contrato social), constituída pela divisão público e privado. O público sendo a esfera das decisões políticas que se confundiria com a própria forma social enquanto o privado seria a unidade matrimonial. O conceito de sociedade civil, que funda o Estado de direito, é dependente de uma formulação hipotética sobre sua origem: o contrato social. Se fossemos realizar uma antropologia de nós mesmos poderíamos tomar a história do contrato social como a teoria nativa da origem da sociedade.

No estado natural “todos os homens nascem livres” e são iguais entre si, são “indivíduos”. Esse pressuposto da doutrina do contrato cria um sério problema: como pode ser legítimo, nesse estado, o governo de um homem por outro, como podem existir os direitos políticos? Somente uma resposta é possível sem se negar o pressuposto inicial da liberdade e da igualdade. A relação deve seguir por meio de um acordo, (...) o contrato é encarado como paradigma do livre acordo. Mas as mulheres não nascem livres, elas não têm liberdade natural. As descrições clássicas do estado natural também contem um tipo de sujeição – entre homens e mulheres. Com exceção de Hobbes, os teóricos clássicos argumentam que as mulheres naturalmente não têm os atributos e as capacidades dos “indivíduos”. A diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição. As mulheres não participam do contrato original através do qual os homens transformam sua liberdade natural na segurança da liberdade civil. As mulheres são o objeto do contrato. O contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil. Mas se as mulheres não participam do contrato original, se elas não desempenham um papel nele, porque os teóricos clássicos do contrato social (novamente, com exceção de Hobbes) consideram o casamento e o contrato matrimonial parte do estado natural? Como seres que não têm capacidade de fazer contratos podem, contudo, participar continuamente desse contrato? Porque, além disso, todos os teóricos clássicos (inclusive Hobbes) insistem que, na sociedade civil, não só podem como devem participar do contrato matrimonial? (PATEMAN, 1993: 21)

Pateman coloca ainda que o matrimônio fora concebido de modo que o direito da mulher estivesse subsumido no direito do marido, se configurando como um patriarcado

---

<sup>3</sup> Conceito muito abrangente cunhado pelas feministas para designar um tipo de organização social em que os homens detém o poder sobre as mulheres.

atualizado. Embora na atualidade o direito da mulher seja equiparado ao do homem a persistência do matrimônio enquanto instituição é residual de um tipo de organização social que significa mulheres como reprodutoras, fazedoras de bebês.

A insistência dos cientistas em que os hormônios sejam sexuais e genericamente distintos ou de buscar no cérebro alguma estrutura que diferencie substancialmente homens de mulheres decorre de uma maneira de significar o mundo em termos de masculino-feminino e natureza-cultura, própria da sociedade euro-americana. Aqui o conceito de sociedade é utilizado, de acordo com Latour (2005), não como algo que se sobrepõe a natureza, mas como a maneira em que se produz todas as coisas e relações, inclusive a própria natureza.

### **3. Considerações Finais**

Denominei artifício de genericização dos corpos os empreendimentos científicos que visam localizar na fisiologia diferenças substanciais entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que determinam os padrões acerca do que deve ser um homem ou uma mulher. Estabelecem ainda, condutas de intervenções cirúrgicas para a eliminação daquilo que consideram ambigüidades genitais. Em termos práticos, um dos problemas é que o tamanho ideal de um pênis ou de um clitóris é decidido por um juízo de valor. O outro é que essas operações causam diversas seqüelas, tal como a perda da sensibilidade genital na maioria dos casos.

O critério adotado pelos médicos para sinalizar uma criança intersexual como menina é o de apresentar útero e ovários saudáveis e como menino é o de apresentar pênis de tamanho satisfatório. As referências de gênero mobilizadas pelos médicos para sinalizar uma criança como menino ou menina, a insistência em que os hormônios sejam sexuais e genericamente distintos ou de se buscar no cérebro alguma estrutura que diferencie substancialmente homens de mulheres decorre de uma maneira de significar o mundo própria da sociedade euro-americana. Nesse sentido temos a ciência porque descobrimos que a natureza tem uma existência autônoma cujas leis devem ser desveladas. Contudo, nossa natureza não é a mesma da dos melanésios. Nossas mulheres fazem bebês, são o meio pelo qual a natureza se faz presente e ativa; as mulheres melanésias não fazem bebês, pois estes são

a corporificação de relações inter-pessoais que os socializam antes de nascerem (Strathern, 2006). A natureza já não se apresenta como dada.

A incansável e interminável busca pelas diferenças de gênero na fisiologia humana e o critério de útero e ovários saudáveis para sinalizar uma criança intersexual como menina demonstra que nas elaborações euro-americanas as dicotomias masculino-feminino e natureza-cultura se apresentam imbricadas. Uma mulher é uma reprodutora, é significada e socialmente inteligível enquanto manifestação da natureza.

Ao longo deste texto tentei realizar algumas conexões entre as práticas científicas de generificação dos corpos e a maneira euro-americana de significar o mundo. Para dar conta de compreender estas conexões utilizei o conceito de sociedade não como algo que se sobrepõe à natureza, mas como a maneira particular em que coisas, relações, pessoas e naturezas são significadas e passam a (ou deixam de, como no caso dos intersexuais) existir.

#### **4. Referências Bibliográficas**

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade e diferenciação”. In: **Cadernos Pagu**, 26. Campinas, 2006.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the Body**. New York: Basic Books, 2000.

LATOUR, Bruno. **Resembling the Social: an introduction to actor-network-theory**. New York, Oxford university Press, 2005

\_\_\_\_\_. **Jamais Fomos Modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ROSALDO, Michelle. “O Uso e Abuso da Antropologia: reflexões sobre feminismo e o entendimento inter-cultural”. In: **Horizontes Antropológicos**, n. 1, vol 1. 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Emílio ou da Educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SCOTT, Joan. "O enigma da igualdade". In: **Revista de Estudos Feministas**, v. 13, n. 1. Florianópolis, 1988.

STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da Dádiva**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. “Necessidades de Pais, Necessidades de Mães” in **Revista de Estudos Feministas** vol 2. Florianópolis: Editora UFSC, 1995.

\_\_\_\_\_. “No Nature, No Culture” in **Nature, Culture and Gender**. Cambridge University Press, 1980.